

A EAD CHEGANDO AO CAMPO: ANÁLISE DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO, NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, MEDIADO PELO
NÚCLEO DE TECNOLOGIAS PARA EDUCAÇÃO – UEMANET

Ilka Marcia R. de Souza Serra¹

Eliza Flora Muniz Araújo²

RESUMO

A UEMA, por meio do seu Núcleo de Tecnologias para Educação - UemaNet (que faz a mediação dos cursos a distância oferecidos por esta Universidade), estabeleceu importante parceria com o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão social (SECADI/MEC). O presente trabalho objetivou desenvolver um processo que, além de exercitar estudos e produção de conhecimentos voltados para a formação do professor, gerasse como resultado indicadores relevantes para subsidiar as políticas de formação em EAD – com um novo olhar para a educação do campo.

O curso de especialização em educação do campo contou com uma equipe de professores pesquisadores, tutores presenciais e a distância, responsáveis pelo acompanhamento e orientações dos alunos no AVA. Cada polo de funcionamento do curso dispunha de um laboratório de informática que serviu de suporte para o desenvolvimento das atividades. Os alunos defenderam seus TCCs após revisão e ajustes, conforme sugestões das bancas examinadoras. No decorrer do curso foram enfrentados muitos desafios, entre eles destacaram-se as deficiências no manuseio das ferramentas disponíveis para esta modalidade de ensino e, em alguns casos, as distâncias geográficas. Os polos em estudo se encontravam com boa estruturação física e possuíam equipamentos que auxiliaram no processo de ensino/aprendizagem. A UEMA, instituição dedicada ao ensino a distância, considerou todos os obstáculos e buscou alternativas que auxiliassem os cursistas a melhorar seu

¹ Doutora em Fitopatologia, professora e pesquisadora da Universidade Estadual do Maranhão, e, Coordenadora do Núcleo de Tecnologias para Educação/UemaNet/UEMA. – ilka.tt@gmail.com

² Mestre em Ciências da Educação, Especialista em Metodologia do Ensino Superior e Coordenadora Adjunta dos Cursos Técnicos da Rede – e-Tec Brasil na Universidade Estadual do Maranhão/UEMA – eliza.uemanet@gmail.com.

desempenho no manuseio das ferramentas educacionais disponibilizadas para o ensino a distância, possibilitando que a EAD também chegasse ao campo.

Palavras-chave: Educação a distância. Educação do campo. Formação de professores.

RÉSUMÉ:

L'UEMA, à travers son Centre de Technologies Educatives - UemaNet (qui assure la médiation de l'enseignement a distance offerts par cette université), a établi des partenariats importants avec le système Open University du Brésil (UAB) et le ministère d'éducation permanente, alphabétisation, diversité et d'inclusion sociale (SECADI/MEC). Cette étude visait à élaborer un processus qui, en plus d'exercer les études et la production de connaissances axées sur la formation des enseignants, pouvait générer des indicateurs pertinents pour subventionner les politiques de formation à l'ECD - avec une nouvelle vision pour l'éducation rurale.

Le cours de specialization d'éducation rurale avait une équipe de professeurs-chercheurs, des presents tuteurs et tuteurs à distance, en charge du suivi et de l'orientation des étudiants dans l'Environnement d'Apprentissage Virtuel. Chaque polo d'execution des cours a eu un laboratoire d'informatique qui a servi de support pour le développement des activités. Les étudiants ont défendu leurs travaux de conclusion de cours après l'examen et des ajustements, en suivant des suggestions de jurys d'examen. Tout au long du cours ont relevé de nombreux défis, parmi lesquels se distinguent les lacunes dans la gestion des outils disponibles pour ce type d'enseignement et, dans certains cas, les distances géographiques. Les pôles d'étude étaient de bonne structure physique et matériel qui avait aidé dans le processus d'enseignement/apprentissage. Des nombreux participants au cours ont encore des difficultés avec l'équipement, ce qui interfère dans la qualité du processus éducatif. L'UEMA, institution dédiée à l'apprentissage à distance, a examiné tous les obstacles et les solutions de rechange recherchées qui pourraient aider les participants aux cours en vue d'améliorer leur performance dans la manipulation des outils pédagogiques disponibles pour l'apprentissage à distance, permettant à l'EAD d'arriver aussi à l'éducation rurale.

Mots-clés: Enseignement à distance. Éducation Rurale. Formation de professeurs.

Introdução

Atualmente vive-se um momento repleto de reflexões e preleções sobre as grandes mudanças que vêm ocorrendo na sociedade brasileira, notadamente no que tange à questão educacional. É recorrente o debate em torno da necessidade de mudanças na formação de um novo homem para viver numa nova sociedade. Todavia, a forma como são abordadas tais necessidades precisam ser bem concebidas, vez que a tendência é sempre valorizar o aspecto material sem levar em conta o aspecto humano.

Por outro lado, são perceptíveis as intensas e aceleradas transformações que vêm ocorrendo em todos os segmentos da sociedade. O avanço do conhecimento tem provocando grandes modificações na vida dos seres humanos, gerando demandas que precisam ser atendidas para que todos possam exercer dignamente a sua cidadania. No entanto, a escola, cuja missão é educar e formar novos cidadãos, não tem conseguido acompanhar essas mudanças. Por conseguinte, entende-se que mesmo diante dessas adversidades a escola não pode ficar alheia ao processo de desenvolvimento, pois, se assim for, ficará à margem do processo de construção e democratização do conhecimento.

Têm-se assistido constantemente, em todos os setores da sociedade, os discursos enfatizando a necessidade de mudança, especialmente no âmbito da educação e, mais especificamente, no que diz respeito à educação do campo. No entanto, a noção de mudança merece uma séria reflexão crítica, sobretudo quando se trata da sua inserção no contexto da formação do professor numa escola do campo.

É evidente que o mundo e a sociedade estão passando por um processo acelerado e constante de transformações, principalmente em função das inovações tecnológicas virtuais. Logo, não se pode ignorar que as pessoas que têm acesso a essas ferramentas e habilidades de uso se movem com maior rapidez, aprendem com muita facilidade, além do fato de que dispõem de uma variedade enorme de informações. Assim, estas possuem mais recursos e, por consequência, maiores oportunidades no momento histórico em que estamos inseridos e que alguns autores chamam de “sociedade da informação”.

Por um lado, se é não é fácil a mudança, é quase impossível não experimentá-la quando se tem consciência das transformações sociais e dos desafios delineados para o

futuro. Para aclarar mais a percepção de que a mudança é necessária, Cunha (2008) descreve a sua concepção sobre a sala de aula:

A sala de aula não é mais o espaço da docência e da discência. É o cenário do encontro e das múltiplas possibilidades que professores e alunos têm de fazer dele um tempo de aprendizagem, de trocas, de descobertas e de experimentação. Essa condição exige, porém, um alargamento do conceito de sala de aula, que precisa explodir as linhas retas do espaço retangular que a dimensiona e incluir o movimento e a possibilidade de novas racionalidades.

Por esse prisma, a educação começa a tomar novos direcionamentos, fazendo com que se repense o papel do professor e, conseqüentemente, a sua formação diante dos desafios e possibilidades colocados pela EAD como modalidade de ensino que incorpora diferentes recursos tecnológicos nos processos de ensinar e aprender. Percebe-se que estamos diante de um novo paradigma, onde as tecnologias passam a fazer parte do cotidiano das pessoas, mesmo daquelas que residem fora do meio urbano. Os mais jovens, por exemplo, aprendem com muita facilidade a manusear e se comunicar através dos recursos tecnológicos e já não se contentam em estudar de forma passiva e receptiva, intentando tornarem-se sujeitos autônomos, responsáveis pela construção do seu próprio conhecimento.

Ao contrário do que tradicionalmente estão acostumados os professores, na EAD o professor é também um aprendiz: precisa estudar todos os dias, não somente os conceitos novos ou a utilizar os recursos tecnológicos, mas, a rever o seu papel diante da dinâmica posta pelo mundo contemporâneo, conforme bem coloca Moran, 2006:

A internet será ótima para professores inquietos, atentos a novidades, que desejam atualizar-se, comunicar-se mais. Mas ela será um tormento para o professor que se acostumou a dar aula sempre da mesma forma, que fala o tempo todo na aula, que impõe um único tipo de avaliação.

No entanto, para a maioria dos professores, viver nesse novo contexto não é tarefa simples, sobretudo naqueles lugares onde as inovações demoram chegar. Além disso, culturalmente são acostumados a conduzir, sozinhos, o processo de aprendizagem. Dessa forma, o professor precisa mudar a sua prática, exigindo de si mesmo uma profunda revisão de suas crenças e atitudes, ou seja, despojar-se das suas vaidades para incorporar um comportamento novo. Assim, aprender e ensinar, a depender da concepção que o professor tem, tomam nortes diferentes.

Portanto, o que se pretendeu neste estudo foi analisar e compreender a EAD como estratégia capaz de romper fronteiras e promover com eficiência a formação de professores que atuam em localidades campesinas, sem muitos recursos para se deslocar para participar de processos formativos presenciais. Entender que as tecnologias da comunicação e de informação não rompem somente as barreiras da distância física, mas também com os métodos tradicionalistas de ensinar e aprender.

Buscou-se entender e expressar a complexidade que envolve a temática diante da singularidade e multiplicidade dos sujeitos que a compõem. Singularidade, em virtude de que todos os participantes da pesquisa são professores que atuam em escolas do campo; e multiplicidade por serem professores com diferentes formações, visões de mundo e atuarem em diferentes municípios, escolas, séries e disciplinas, ou seja, um campo bastante heterogêneo.

Enfim, o que se pretendeu com este trabalho foi desenvolver um processo que, além de exercitar estudos e produção de conhecimentos voltados para a formação do professor, gerasse como resultado indicadores relevantes para subsidiar as políticas de formação em EAD – com um novo olhar para a educação do campo.

A educação do campo e suas conquistas no contexto das políticas educacionais

O Brasil, nas últimas décadas, tem apresentado melhorias significativas no que diz respeito à questão educacional, especialmente no que concerne às políticas para a educação do campo. Historicamente, as escolas do campo sempre foram colocadas em segundo plano no que tange às políticas públicas, sendo muitas vezes até discriminadas por serem escolas de difícil acesso, isoladas, heterogêneas, de organização complexa. No entanto, não se pode desconhecer os avanços significativos já conquistados em termos de legislação brasileira.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabeleceram a Educação como dever do Estado, visando o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Além dos direitos e garantias, pode-se constatar que a LDB trouxe, de fato, o reconhecimento do mundo rural como uma proposta às lutas

travadas pelos movimentos sociais a favor do homem do campo e, a partir de então, foram fixadas as normas para a educação da zona rural, que, conforme seu Artigo 28, assim preconiza:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Dentre outras finalidades, trata da organização da educação, em etapas distintas e complementares, sugerindo compreensão unitária de educação pública, democrática e de qualidade. No entanto, há de se convir que muito ainda necessita ser feito para fazer valer os direitos das populações camponesas. Nesse sentido, vale citar Fernandes (2004), quando faz a seguinte alusão: “A escolarização não é toda a educação, mas é um direito social fundamental a ser garantido (e hoje ainda vergonhosamente desrespeitado) para todo o nosso povo, seja do campo ou da cidade”.

Todavia, é preciso destacar conquistas importantes, notadamente, decorrentes das lutas dos movimentos populares, com destaque às Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica - Resolução CNE/CEB Nº 01, de 03 de abril de 2002, representando grande avanço para a educação do campo, vez que incorpora um conjunto de preocupações conceituais e estruturais, historicamente presentes nas reivindicações dos referidos movimentos. Assim, tal documento reflete a nova concepção do espaço campo:

[...] o campo nesse sentido mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social com as realizações da sociedade humana. [...] os movimentos sociais do campo propugnam por algo que ainda não teve lugar, em seu estado pleno, porque perfeito no nível das suas aspirações. Propõem mudanças na ordem vigente, tornando visível, por meio das reivindicações do cotidiano, a crítica ao instituído e o horizonte da educação escolar inclusiva.

No bojo dessas preocupações trata do reconhecimento e da valorização dos povos do campo, ressaltando, entre outros aspectos, a forma diferenciada de trabalhar a formação dos professores, a organização da escola, as práticas e tempos pedagógicos, e a adequação dos conteúdos às necessidades e peculiaridades locais.

Como se pode observar, não é suficiente ter as políticas públicas estabelecidas em leis, decretos, programas, torna-se imprescindível que essas políticas sejam, de fato, materializadas em condições objetivas para que possam ser efetivadas. Nessa perspectiva, cabe destacar que após a aprovação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo surgiu um importante processo de mobilização social para consolidação de políticas públicas por uma educação de qualidade para os povos do campo, com vistas a garantia do acesso e da permanência na escola, com currículos cuja abrangência deem conta da diversidade cultural, considerando as diversas regiões do país.

Entre outros aspectos estruturantes situados no âmbito da educação do campo, diz respeito à discussão sobre a formação e a valorização dos profissionais da educação, notadamente dos professores, na perspectiva de uma atuação participativa, competente, crítica e comprometida com a transformação social. Políticas de formação que visem a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades, atitudes e habilidades que possibilitem a compreensão e o domínio de elementos básicos das ciências e das tecnologias, bem como o respeito à diversidade política, econômica e cultural, condição indispensável para superação das discriminações sociais e ao verdadeiro exercício pleno da cidadania.

No bojo dessas preocupações, em 2004, o Ministério da Educação criou a Coordenação-Geral de Educação do Campo, integrada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), o que representou a inserção efetiva do tema na agenda educacional nacional.

Portanto, quando se pensa em políticas educativas para um país em processo de desenvolvimento, tem que se pensar numa educação com olhar no presente e conectada com o futuro. Dessa forma, torna-se imprescindível pensar numa educação formadora de cidadãos comprometidos com uma vida social solidária e preparados para os desafios de uma sociedade cada vez mais demandante de informação e de conhecimento.

A despeito disso, vem se discutido no Brasil, com frequência, a valorização da educação a distância como veículo de democratização de oportunidades educacionais, especialmente por ser país de grande extensão territorial. Nesse sentido, o Ministério da Educação criou a Universidade Aberta do Brasil com o objetivo de ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, estabelecendo como prioridade a formação de professores e outros profissionais de educação

nas áreas da diversidade. Portanto, a EAD apresenta-se, hoje, como uma possibilidade concreta e importante para a aprendizagem, distinguida como uma condição permanente e indispensável para os sujeitos da sociedade da informação.

Do ponto de vista da legislação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9394/96) institucionalizou a educação a distância e os decretos e portarias publicados ainda em 1998 marcaram o início da regulamentação dessa modalidade de ensino, trazendo para esse campo contribuições significativas. Outra referência fundamental na legislação da educação superior a distância encontra-se inserida no Plano Nacional de Educação (PNE), mais especificamente na Lei nº 10.172/01, que assim fortalece a função estratégica da educação a distância:

Ao introduzir novas concepções de tempo e espaço na educação, contribui para o surgimento de mudanças significativas na instituição escolar e influi nas decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos e pela sociedade civil na definição das prioridades educacionais (Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 10.172/01).

É evidente que a Educação a Distância (EAD) amplia novos horizontes para formação de professores, porém conforme adverte Pretti (2005), deve-se estar sempre atento à avaliação dos cursos, conforme explicita:

A Educação a Distância não deve ser simplesmente confundida com o instrumental, com as tecnologias a que recorre. Deve ser compreendida como uma prática educativa situada e mediatizada, uma modalidade de se fazer educação, de se democratizar o conhecimento. É, portanto, uma alternativa pedagógica que se coloca hoje ao educador que tem uma prática fundamentada em uma racionalidade ética, solidária e compromissada com as mudanças sociais.

Ao mesmo tempo, o autor admite as diversas possibilidades que essa modalidade permite, dada a flexibilidade de assistência e tempo, de ritmos de aprendizagens, de distintos itinerários formativos que possibilitam diferentes entradas e saídas, e, ainda, com vantagem de poder combinar várias atividades como trabalho, estudo e família, favorecendo, assim, a permanência do estudante em seu entorno familiar e laboral. (PRETTI, 2005).

Diante dessas perspectivas tem sido visível o interesse pela educação a distância, no cenário nacional e internacional, constituindo-se como um dos fenômenos mais crescentes nos últimos tempos no campo da educação, vez que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

No Maranhão, a Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, é uma das instituições que mais tem se destacado nessa modalidade. Nessa direção, estabeleceu importante parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), e, a partir do EDITAL 1 SECAD/MEC, de 16 de abril de 2008, a UEMA lançou o Curso de Especialização em Educação do Campo a distância. Esse curso foi realizado com oferta em vinte Polos de Apoio Presencial distribuídos no âmbito do Estado, na perspectiva de possibilitar a reorientação do conhecimento com base na produção científica, levando em conta as questões socioambientais, a diversidade cultural do Estado, bem como as tecnologias digitais disponíveis, que se tornam cada vez mais dinâmicas por meio das redes sociais.

O contexto institucional do curso de especialização em educação do campo, a distância

A Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, instituição pública de ensino superior, teve sua origem na Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM, criada pela Lei nº. 3.260, de 22 de agosto de 1972, para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional de ensino superior do Maranhão. A FESM foi constituída inicialmente por quatro unidades de ensino superior: Escola de Administração, Escola de Engenharia, Escola de Agronomia e Faculdade de Caxias. Em 1975, a FESM incorporou a Escola de Medicina Veterinária e, em 1979, a Faculdade de Educação de Imperatriz. Por meio da Lei nº. 4.400 de 30 de dezembro de 1981, a FESM foi transformada em Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal nº. 94.143, de 25 de março de 1987. Para atender às novas demandas e exigências da sociedade, surgiram novos *campi* e unidades fora da sede em São Luís. A UEMA conta, hoje, com 20 (vinte) Centros de Estudos Superiores.

Sua dimensão espacial é determinada atualmente não somente por sua estrutura *multicampi*, mas também em função do alcance dos cursos a distância, fomentados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), intermediados pelo Núcleo de Tecnologias para Educação em polos de apoio presencial.

O Núcleo de Tecnologias para Educação da UEMA

Por perceber a educação a distância como um redimensionamento espaço-temporal e uma forma concreta de democratização do ensino, capaz de romper os limites dos cursos presenciais, a UEMA criou, através da Resolução nº 239/2000 - CONSUN/UEMA, o seu Núcleo de Educação a Distância (NEAD), com a responsabilidade pela concepção, difusão, gestão e avaliação de projetos em Educação a Distância. Após a criação do NEAD, a UEMA tornou-se a oitava instituição de ensino brasileiro a receber o credenciamento oficial do Ministério da Educação – MEC, para oferta de cursos na modalidade de ensino a distância, conforme Portaria nº 2.216, de 11 de outubro de 2001 - MEC. Mais recentemente, por meio da Resolução nº 698/2008, de 29 de maio de 2008, considerando o novo contexto da Educação a Distância em que as tecnologias da informação e comunicação assumem destaque nos processos de aprendizagem inaugurou-se um novo ciclo para a Educação a Distância na UEMA, culminando com a transformação do NEAD em um Núcleo de Tecnologias para Educação (UemaNet).

O curso de especialização em educação do campo na UEMA: uma experiência pioneira em EAD

O Curso de especialização em educação do campo foi ofertado pela primeira vez no estado do Maranhão em 2010, sendo que a UEMA foi a instituição pioneira em ofertá-lo na modalidade a distância. O curso apresentou-se de forma bimodal e modular, compreendendo duas fases: uma presencial e outra a distância. A carga horária total foi de 420 horas, distribuídas em módulos, sendo eles: Conceitual EAD e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)/Plataforma *Moodle*; Fundamentos e Históricos da Educação do Campo; Práticas Pedagógicas em Educação do Campo; Marcos Normativos e Gestão Democrática da Educação do Campo; e Transformando a Realidade: Projeto Integrado e Participativo e Projeto de Conclusão do Curso (SERRA et al., 2010).

O Curso contou com uma equipe de professores pesquisadores, tutores presenciais e a distância, que foram responsáveis pelo acompanhamento e pelas orientações dos alunos no AVA. Cada polo de funcionamento do curso dispunha de um laboratório de Informática que serviu de suporte para o desenvolvimento das atividades. Nas turmas da

primeira oferta UAB (2010) os alunos defenderam seus TCCs após a revisão e ajustes, conforme sugestões das bancas examinadoras.

Com a metodologia em EAD adotada, ou seja, com a utilização de mídias diversificadas (fascículos, videoaulas, *podcasts*, conferência via *web*, discussão no AVA) o curso proporcionou a constituição de uma comunidade de aprendizagem em rede, considerando os princípios da cooperação, respeito e autonomia, os quais são significativos e imprescindíveis na EAD.

A parte desenvolvida na etapa a distância, em cada um dos submódulos, teve como instrumento de apoio o material impresso, que se constituiu de textos escritos pelo professor responsável pelo submódulo, ou indicações de leitura de outros documentos. Incluiu, também, atividades que foram realizadas pelo estudante e apresentadas aos professores no momento presencial.

O curso obedeceu às orientações prescritas pelo Conselho Nacional de Educação sobre o funcionamento de cursos de pós-graduação. Assim, a avaliação nos diversos submódulos foi presencial, sob a incumbência dos professores responsáveis, fazendo recurso a diferentes estratégias avaliativas.

A forma como foi estruturado o Curso na UEMA possibilitou uma ampla discussão sobre os conteúdos que tratam das especificidades do campo. As peculiaridades do Maranhão inseridas na estrutura curricular do curso complementaram os ensinamentos elencados na proposta curricular das escolas da zona urbana e rural, pois o propósito do curso foi o de amplificar o debate sobre os conhecimentos que não são priorizados no cotidiano do aluno do campo.

O contato com a pesquisa levou o aluno a investigar os problemas que estavam interferindo nos segmentos que compõem o espaço campesino, considerando que somente por meio da investigação de um problema é que se pode conhecer e ter familiaridade com questões específicas da área de estudo. Santos (2004, p.18) afirma que “tudo está sujeito à lei do movimento e da renovação, inclusive as ciências. O novo não se inventa, se descobre”.

A Coordenação do Curso na UEMA deu ênfase às atividades de pesquisa. O TCC foi um desafio para os alunos, que são professores das redes públicas de ensino

maranhense, e para os orientadores, que fizeram o acompanhamento à pesquisa em todas as suas etapas, mediante encontros presenciais e interações virtuais no AVA.

Após a escolha do objeto de estudo, a delimitação do tema e a elaboração dos instrumentos de coleta de dados, os cursistas partiram para aplicação da pesquisa de campo em escolas, comunidades e órgãos públicos, entre outros.

Conforme Bachelard (1996), o conhecimento científico é produzido a partir da elaboração de questões. A pesquisa possibilita a investigação de problemas, conflitos e as desigualdades existentes na sociedade e entre os sujeitos sociais. Para tanto, construir um objeto científico é, antes de mais e, sobretudo, romper com o senso comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições. Logo, estas representações estão ao mesmo tempo na objetividade das organizações sociais e na mentalidade dos sujeitos. O pré-construído está em toda parte [...]. (BOURDIEU, 2005, p.34).

Nesse contexto, acompanhar as pesquisas vivenciadas pelos cursistas no Curso de Especialização em Educação do Campo, na modalidade a distância possibilitou um maior contato com os problemas que estão enraizados no espaço que constitui o campo.

Considerações Finais

Este estudo buscou apresentar a experiência do Curso de Especialização em Educação do Campo a distância, na UEMA, apontar as possibilidades educacionais e profissionais oferecidas pela modalidade a distância e apresentar a estrutura da organização e funcionamento do curso. Diante dessa vivência, percebemos que no que diz respeito ao ensinar/aprender, alunos e professores tiveram ampla participação, minimizando toda distância “do campo”.

O AVA possibilitou a mediação dos professores que, por meio do diálogo constante, reduziu a distância geográfica. Houve também a tentativa de exercitar a avaliação formativa, ou seja, ao longo do processo no Ambiente Virtual e presencialmente.

Em relação às ferramentas de comunicação da *internet* que potencializam a interação/interatividade, destaca-se o uso do Fórum de Discussão, onde aconteceu um intenso diálogo/debate entre alunos/professores.

O acompanhamento das pesquisas vivenciadas pelos cursistas possibilitou compreender muitos problemas que interferiram nos diferentes segmentos que compõe o espaço campesino, especialmente no que concerne ao contexto educacional do campo. Entre eles, pode-se situar: a carência de propostas curriculares que discutam os conteúdos inseridos no ambiente campesino e a necessidade de fortalecer as políticas públicas que tratam das especificidades do campo.

No decorrer do curso foram enfrentados muitos desafios, entre eles destacaram-se as deficiências no manuseio das ferramentas disponíveis para esta modalidade de ensino e, em alguns casos, as distâncias geográficas. Os polos em estudo se encontravam com boa estrutura física e possuíam equipamentos que auxiliaram no processo de ensino/aprendizagem. No entanto, muitos cursistas ainda apresentaram dificuldades de manuseio dos equipamentos, o que interfere na qualidade do processo educativo.

É importante destacar que a EAD, para funcionar com qualidade, depende da disponibilidade de ferramentas que atendam às necessidades do alunado, considerando que as principais atividades propostas pelo curso são orientadas e desenvolvidas no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Dessa forma, conclui-se que a UEMA, instituição dedicada ao ensino a distância, considerou todos os obstáculos e buscou alternativas que auxiliaram aos cursistas campesinos melhorar seu desempenho no manuseio das ferramentas educacionais disponibilizadas para o ensino a distância, possibilitando que a EAD chegasse ao campo.

Referências

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação à distância**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 dez. 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**.

_____. Decreto nº 5.622, de 19/12/2005. Regulamenta o art. 80 e 87 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996.

_____. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, Plano Editora, 2001.

_____. Resolução CNE/CEB Nº 01, de 03 de abril de 2002. **Aprova as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**.

CUNHA, Maria Isabel da. Formação docente e inovação: epistemologias e pedagogias em questão. In: **Trajetórias e processos de ensinar e aprender: didática e formação de professores**. XIV ENDIPE - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo”** – Texto Preparatório. UNESP. Petrópolis, 2004.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. e BEHRENS, M. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 12ª ed. Campinas: Papirus, 2006, p.12-17.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004

SERRA, Ilka Marcia Ribeiro de Souza; PEREIRA, Marina Santos; COELHO, Adriana Araujo. **ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**: análise da sua implantação na Universidade Estadual do Maranhão/UEMA. In: Anais do I encontro de Estudos e Pesquisas sobre Questão Agrária e Educação do Campo no Maranhão. São Luis, UFMA, 2010.